

Construções Atípicas de Democracia: Qualitative Comparative Analysis de África e dos Balcãs

Patrícia Calca

Doutoranda em Ciência Política na Universidade de Lisboa (Instituto de Ciências Sociais) e docente na Universidade Aberta. Mestre e licenciada em Ciência Política pela Universidade Técnica de Lisboa. Foi visiting scholar na Universidade de Barcelona, na Universidade de Mannheim e na Universidade de Nova Iorque.

Teresa Ruel

Doutoranda em Ciência Política no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Licenciada e Mestre em Ciência Política pelo Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. Pós-Graduada em Comunicação e Marketing Político. É investigadora do Centro de Administração e Políticas Públicas do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Resumo

A comparação entre diferentes blocos regionais do globo não é fácil devido às suas dissemelhanças estruturais. Tal intensifica-se quando contrapomos realidades cujos dados são ainda de difícil congruência e até veracidade. Este é o caso da maioria dos países africanos, e facto semelhante presente em certas zonas do “Velho Continente”, mais precisamente, na zona dos Balcãs. Ambas as regiões tiveram que lidar, e continuam a fazê-lo, com conflitos intestinos dentro das suas fronteiras e encararam, não raras vezes, debates fratricidas no seu território. A democracia e os processos de democratização pareceram ser caminho de resolução pacífica para estas zonas onde o enlace geopolítico quase sempre foi de conflito latente. Será que a democracia, com base na tese liberal da paz entre Estados, é elemento suficiente para um Estado estável? Ou, conforme intui a teoria, a combinação de uma democracia recente com divisões étnicas num determinado país é necessariamente fator de instabilidade? Com este cenário como pano de fundo, pretendemos fazer um estudo comparativo com vista a percebermos se a democratização recente a que se chamou de terceira vaga e a existência de conflitos étnicos influenciam na estabilidade política.

Abstract

Comparing two different geographical blocks is not easy given their structural differences. This is more pronounced when we compare realities whose data is insufficiently consistent and accurate. That is the case of a large number of African countries but also of some zones on the “Old Continent” whose data is hard to manage, being the Balkans a good example of this. Both regions have or had internal conflicts. Democracy and the democratization processes seem to be the path towards a peaceful resolution of conflicts in these regions, in spite of a persistent geopolitical framework of latent conflict. Will democracy, having as its basis the liberal thesis of peace between States, be a sufficient element to have a stable State? Or, how the theory sees the combination of a recent democracy with existing ethnical divisions in a certain country? Having the previous in mind we will make a comparative study aiming at the understanding of recent third wave democratization processes and ethnical conflicts influence on political stability.

Introdução

Nos dias que correm, os Estudos Africanos têm garantido espaço na literatura de Ciência Política e Relações Internacionais no que diz respeito a conflitos e desenvolvimento. Os problemas com que uma vasta maioria de países africanos se depara desde a vaga de independências são foco desta análise. Guiam-nos dúvidas como: porque é que as instituições são mais fracas em África do que noutros países de outras regiões também em desenvolvimento, ou quais são as causas de um crescimento económico africano marcadamente lento. Ou ainda outros aspetos: como é que podemos contribuir para melhorar a *accountability* política dos países do continente africano, uma vez que na região existem vários países com elevados níveis de violência. Certamente que a história recente de África associada aos movimentos independentistas e aos impactos permanentes a partir do colonialismo são elementares nesta análise.

Será que a Democracia, com base na tese liberal da paz entre Estados, é elemento suficiente para um Estado estável? Ou, conforme intui a teoria, a combinação de uma Democracia recente com divisões étnicas num determinado país é necessariamente um fator de instabilidade?

Estabelecer uma comparação entre países de continentes diferentes e com realidades distintas pode ser uma mais-valia para se compreenderem estas relações explicativas. Assim, de entre os casos africanos onde o problema do conflito parece ser uma continuidade entre territórios optámos por escolher o Senegal e, no que diz respeito ao caso europeu, escolhemos o Kosovo. Finalmente o país africano que é mais dissimilar das características quer do Senegal quer do Kosovo é Cabo Verde, escolhido aqui como contraponto, na medida em que é “vantajoso, na seleção de casos, incluir casos ‘positivos’ e casos ‘negativos’ no seu resultado” (Rihoux e Ragin, 2009: 21).

Tivemos como variáveis explicativas, a divisão étnica propiciadora de conflitos de cariz étnico no passado, e uma duração recente da Democracia (sem anteriores episódios democráticos). Pretendemos, por esta via, explicar a instabilidade política e a violência dentro de um Estado democrático.

Antes de aprofundarmos mais a nossa análise descritiva – Kosovo, Senegal e Cabo Verde – gostaríamos de nos debruçar sobre os fatores que possibilitaram esta nossa seleção de países. De facto, se considerarmos que a *Qualitative Comparative Analysis* define como condição essencial para a escolha de situações em análise: $k=2^v$ sendo k as condições e v o número de variáveis (ou condições) seria expectável que para esta nossa situação (duas condições: 1. Conflitos/Divisões Étnicas e 2. Democracia Recente) fossem necessárias pelo menos quatro diferentes configurações.

Desta forma temos: *Divisões Étnicas* (X_1) em conjunto com *Democracia Recente* (X_2) geram *Instabilidade Política* (Y).

Foi com tal em mente que escolhemos o Senegal e o Kosovo como dois bons exemplos do que, de forma mais simples, se apresenta como:

$$X_1 + X_2 \rightarrow Y$$

Numa perspetiva de contrabalanço dos dois casos anteriores escolhemos como exemplo um caso que fosse o oposto, apresentando assim Cabo Verde. Para uma simplificação da condição em causa veja-se a seguinte notação:

$$\sim X_1 + \sim X_2 \rightarrow \sim Y$$

Na seleção dos países deixamos de parte, em termos de aprofundamento de casos/países, as condições que podem ser necessárias mas não suficientes para que exista *Instabilidade Política* ou numa outra perspetiva *Estabilidade Política* como por exemplo:

$$\sim X_1 + X_2 \rightarrow Y$$

$$\sim X_1 + X_2 \rightarrow \sim Y$$

ou,

$$X_1 + \sim X_2 \rightarrow Y$$

$$X_1 + \sim X_2 \rightarrow \sim Y$$

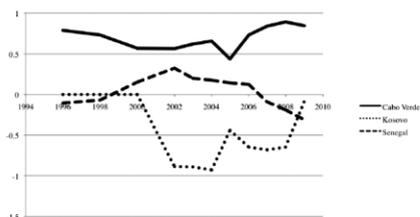
Estes últimos casos não serão analisados uma vez que, em termos empíricos, não se justificam para a nossa argumentação e visão da questão em causa. Ou seja, um país pode sempre ter instabilidade política caso apresente divisões e conflitos étnicos mas não ser uma democracia recente ou vice-versa. Em ambos os casos também pode ocorrer não haver instabilidade política existindo uma das condições, todavia, o que nos interessa considerar aqui é o que ocorre nos casos em que ambas as condições se verifiquem.

Pelo anterior, a seleção do Senegal e do Kosovo apresenta uma ancoragem, sendo que Cabo Verde surge como contra-argumento.

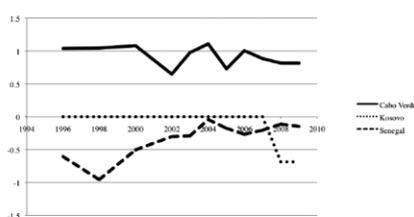
Considerámos os dados de base do *World Bank Series – Aggregate Governance 1996-2010*, na nossa análise.

Gráficos 1 – Indicadores de Cariz Institucional¹
(indicadores de *governança* para o Kosovo,² o Senegal e Cabo Verde entre 1996 e 2010)

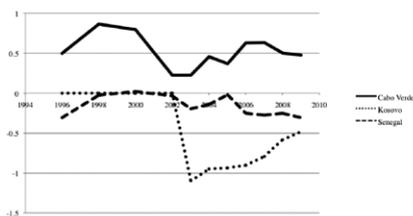
1. Voz e Accountability



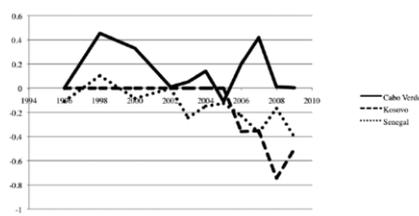
2. Estabilidade Política e Ausência de Violência



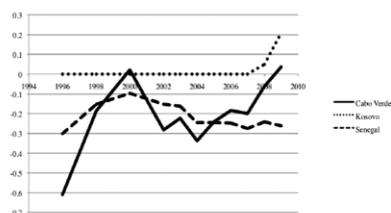
3. Estado de Direito



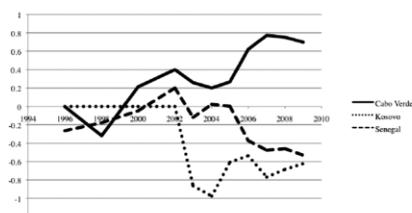
4. Efectividade do Governo



5. Qualidade Regulatória



6. Controle de Corrupção



Fonte: World Bank Series – Aggregate Governance 1996-2010 presente em http://info.worldbank.org/governance/wgi/mc_countries.asp (acedido em 5 de setembro de 2011).

1 Este gráfico apresenta dados agregados de seis dimensões de governança. Os seis indicadores foram medidos tendo como intervalo o espaço entre os valores -2,5 e 2,5 sendo que os valores mais elevados correspondem a valores mais elevados de *governança*. A qualidade da *governança* diz respeito às *regras de execução, mecanismos e organizações* (Banco Mundial, 2002). A forma como o poder é exercido num determinado país, a gestão económica e dos recursos sociais para o desenvolvimento diz respeito à qualidade institucional e da governação. Podemos definir *governança*

Como se pode verificar nos gráficos apresentados anteriormente, as variações do posicionamento dos três países são em alguns itens elevadas. No que diz respeito à *Voz e Accountability*, Cabo Verde apresenta-se como o mais estável e mais bem classificado, estando em geral quase sempre acima dos 0.5. Segue-se-lhe o Senegal que começa abaixo do 0, subindo um pouco e depois voltando a decair, e finalmente o Kosovo. A este respeito os dados até 2000 são inexistentes mas, a tendência é de subida.

No que à *Estabilidade Política e Ausência de Violência* diz respeito (o indicador que transformámos como variável a explicar na nossa abordagem numa perspetiva oposta uma vez que, procuraremos encontrar motes para a instabilidade política e existência de violência num determinado país), Cabo Verde mantém-se entre 0 e 1 e o 0.5. O Senegal apresenta, nos primeiros anos, um valor próximo do -1 mas com tendência a subir, chegando muito próximo do 0. O Kosovo, de acordo com os dados existentes, também está abaixo do 0.

Relativamente ao *Estado de Direito*, de entre os três países é Cabo Verde o único que apresenta valores positivos, estando o Senegal muito próximo do 0 e o Kosovo, com uma tendência a aproximar-se do 0.

A *Efetividade do Governo* é dos indicadores que apresenta maior variação. Cabo Verde surge, em média, com valores positivos, mas por vezes, já a tocar no 0. O Senegal e o Kosovo apresentam altos e baixos, mas por norma abaixo do 0.

Se atendermos à *Qualidade Regulatória* verificamos que a tendência dos três países vai no sentido positivo, contudo é em Cabo Verde que surge uma maior variação ao longo dos anos.

Por último, o *Controle de Corrupção* apresenta para Cabo Verde um aumento no sentido positivo chegando ao valor de 0.8. Para o Senegal oscila numa curva onde chega a valores positivos mas que, a partir de 2005 começa a decair. E o Kosovo parece apresentar uma tendência para crescer, mas que se mantém ainda nos valores negativos.

como as tradições e as instituições pelas quais a autoridade é exercida num determinado país. Isto inclui a) o processo de seleção, monitorização e substituição dos executivos; b) a capacidade dos executivos na formulação e implementação efetiva de políticas sólidas, e c) o respeito dos cidadãos e do Estado pelas instituições que administram as interações económicas e sociais entre eles. Para tal foram construídas duas medidas de *governança* que correspondem cada uma a cada uma destas áreas: 1) voz e *accountability*; 2) estabilidade política e ausência de violência/terrorismo; 3) efetividade governativa; 4) qualidade da regulação; 5) Estado de Direito; 6) controlo da corrupção. Este índice de *governança* baseia-se em perceções, criadas a partir de indicadores compostos das seis dimensões de *governança*, através de inquéritos e entrevistas individuais, fornecidos por diferentes fontes. Para uma leitura e compreensão mais aprofundada ver www.govindicators.org.

- 2) Como o Kosovo só foi considerado independente em 2008 os dados sobre esse país só são válidos a partir desse ano, portanto a reta anterior que os vários gráficos apresentam reflete esta situação de ausência de informação.

Porque o Kosovo só passou a ser considerado um Estado independente a partir de 2008, com a declaração de independência, constam do nosso processo de seleção dos casos a denominação de Democracias de acordo com a *Freedom House*.³ Para o ano de 2011⁴ o Kosovo apresentou em termos de *Political Rights Score*⁵ a avaliação de 5 enquanto o *Civil Liberties Score*⁶ foi de 4 sendo o estatuto *Partly Free* (Freedom House, 2011). No ano de 2010⁷ o caso kosovar era já idêntico ao que ocorreu em 2011. No ano de 2009,⁸ considerando que em 2008 foi declarada a independência

-
- 3 A *Freedom House* oferece uma avaliação anual do estado de *Liberdade Global* - Esta investigação foi lançada por Raymond Gastil na década de 1950 e em 1972 e foi estendida a mais de 180 países. Metodologicamente, é atribuído a um país uma classificação numa escala de 1 a 7, com base no número total de pontos brutos, atribuídos aos *Direitos Políticos* e às *Liberdades Cívicas*, da lista de questões. Em ambas as listas 1 representa o mais livre, e 7 o menos livre. Cada classificação corresponde a uma escala de resultados totais brutos. Em seguida, cada par de classificações de direitos políticos e de liberdades civis é considerado e feita uma média que, traduzida, representa o estado de total Liberdade (1.0 - 2.5), parcialmente livre (3.0 - 5.0) ou ausência de Liberdade (5.5 - 7.0) - vivida pelos indivíduos. A liberdade é aqui entendida como a oportunidade de agir espontaneamente numa variedade de áreas, fora do controlo do governo e doutros centros de dominação potencial (Freedom House, 2004). Este índice mede a liberdade de acordo com duas grandes categorias: i) os direitos políticos e ii) as liberdades civis, entre *Free* ou *Partly Free* sendo que todos os outros países não democráticos não são considerados.
 - 4 O Tribunal Internacional de Justiça de julho de 2010 definiu que a declaração de independência do Kosovo de 2008 não violava a Lei Internacional. O presidente Fatmir Sejdiu demitiu-se em setembro do mesmo ano e após o primeiro-ministro Hashim Thaçi's sair do governo foi acusado de estar envolvido em crime organizado durante e após o conflito de 1999 (Freedom House, 2011).
 - 5 Os direitos políticos permitem às pessoas participar livremente no processo político, incluindo o direito de voto, concorrer a cargos públicos e eleger os representantes que se constituem como os elementos decisivos no impacto das políticas públicas, sendo responsabilizados perante o eleitorado. A dimensão política dos direitos políticos considera o grau de abertura/opportunidade do sistema na escolha dos candidatos, e a sua independência face ao Estado. No entanto, os mecanismos eleitorais não são os únicos fatores que determinam a distribuição do poder. Os eleitos devem apresentar níveis de responsabilidade, abertura e transparência entre eleições.
 - 6 As liberdades civis dizem respeito à liberdade de expressão e de crença, de associação e de direito de organização, Estado de Direito e autonomia individual face ao Estado. No âmbito das liberdades civis, estas não se confinam apenas às garantias constitucionais dos direitos humanos e a sua concretização efetiva. Aquilo que a lei proclama e as práticas reais, são tidas em conta na classificação.
 - 7 O *ranking* do Kosovo melhorou de 6 para 5 e no que concerne às liberdades civis passou de 5 para 4, e o seu estatuto passou de *Not Free* para *Partly Free* devido às eleições municipais que ocorreram de acordo com as normas internacionais e que reconheceram um aumento do reconhecimento dos direitos das minorias (Freedom House, 2011).
 - 8 Em fevereiro de 2008 o Kosovo declarou formalmente a sua independência da Sérvia. No decurso desse processo o país seria reconhecido enquanto Estado pelos EUA, por alguns países europeus e pela maioria dos membros da ONU, contudo a Sérvia não reconheceu esta declaração (Freedom House, 2011).
-

da Sérvia, o Kosovo apresentava diferentes valores, sendo o estatuto de *Not Free*, e no *Political Rights Score* a avaliação de 6 e no *Civil Liberties Score* de 5. Os fatores religiosos, étnicos e nacionais são centrais no conflito que originaria a independência do Estado do Kosovo em 2008. A justificação humanitária ocorrida em 1999 firma-se nas diferenças étnico-religiosas e daí, numa noção de minoria *vs.* maioria e opressão. Não nos devemos esquecer de um pormenor que altera a moldura da situação em análise, a maioria das igrejas e mosteiros da igreja ortodoxa sérvia encontrarem-se no Kosovo, região onde maioritariamente se pratica o culto do Islão. No que concerne ao Senegal as avaliações da *Freedom House* indicam para o ano de 2011⁹ no *Political Rights Score* 3, o *Civil Liberties Score* foi de 3 sendo o estatuto de *Partly Free*. No ano de 2010¹⁰ e no ano de 2009¹¹ as avaliações foram idênticas. No Senegal é essencialmente a questão de Casamansa que gera o conflito étnico dentro do país. Com duração já longa (ter-se-á iniciado em 1982), os confrontos dentro do Estado senegalês entre as forças do exército e os guerrilheiros têm sido constantes. Finalmente Cabo Verde, no ano de 2011,¹² 2010¹³ e 2009¹⁴ para o *Political Rights Score* a avaliação foi de 1 enquanto que o *Civil Liberties Score* foi de 1 e o estatuto do país é de *Free*. Cabo Verde tem sido apontado por muitos como uma exceção em África. Tendo por norma características de não-violência e garantindo uma Democracia desde a sua independência, o arquipélago surge-nos como um contraponto para a comparação dos dois anteriores Estados.

9 O presidente Abdoulaye Wade foi designado como o novo presidente do Conselho Constitucional em agosto de 2010. Tal facto foi visto como uma tentativa para prevenir impedimentos legais que colocariam em causa a sua intenção de se candidatar à presidência em 2010. Neste ano destaca-se a continuação dos problemas sociais, o excessivo gasto executivo e, por consequência, um crescente descontentamento público (Freedom House, 2011).

10 O presidente Abdoulaye Wade continuou a consolidar o seu poder no ano de 2009. Assim, anunciou a sua intenção de se candidatar em 2012 para um terceiro mandato, criando ainda o cargo de vice-presidente para o seu filho. Todavia, apesar destas tentativas, a oposição ao seu partido ganhou pontos nas eleições municipais em março de 2009 (Freedom House, 2011).

11 Houve uma alteração no estatuto do país. O *ranking* do Senegal decaiu de 2 para 3, passando desta forma de *Free* para *Partly Free* devido ao constante aumento do poder autoritário do presidente, tal como, a constante marginalização da oposição, visível no adiamento constante das eleições municipais (Freedom House, 2011).

12 Cabo Verde continua a servir de *modelo* em África no ano de 2010 no que aos direitos políticos e às liberdades civis diz respeito. Assinou com Dakar uma iniciativa para combater o tráfico e fortalecer o seu sistema judicial, melhorar as medidas de segurança e a cooperação internacional (Freedom House, 2011).

13 O *World Food Programme* acordou em transferir para as autoridades de Cabo Verde a responsabilidade de alimentação nas escolas (Freedom House, 2011).

14 Em 2008 Cabo Verde continuou a cooperar com a União Europeia o que proporcionou um acordo em vários aspetos como a imigração ilegal e o acesso a certos países europeus. Durante este ano o país juntou-se formalmente à Organização Mundial do Comércio (Freedom House, 2011).

Toda a investigação social envolve comparação, independentemente da sua natureza. Implícita ou explicitamente, comparamos o tópico ou período com o desenvolvimento das semelhanças ou contrastes em diferentes aspetos, no tempo e no espaço (Ragin, 1987: 1). Os investigadores comparam casos no sentido de obter a base para fazer demonstrações sobre regularidades empíricas mas também, para avaliar e interpretar casos em relação a critérios substantivos e teóricos.

Desde a década de 60 do século XX que a comparação tem sido fortemente estabelecida enquanto um procedimento analítico central da Ciência Política. Neste âmbito, a comparação é um instrumento apropriado para situações em que o número de casos é demasiado pequeno (*small-N*) para permitir análises estatísticas (Lijphart, 1971). A comparação apresenta-se assim, como uma estratégia não só descritiva mas também analítica sendo inerente ao método científico. É um procedimento orientado para a confirmação ou refutação de hipóteses e uma importante ferramenta de análise, na medida em que espelha o nosso poder de descrição e desempenha um papel fundamental na formação dos conceitos, trazendo para a investigação as semelhanças e diferenças entre os casos (Collier, 1993).

O método comparado surge para dar resposta à velha questão metodológica: como comparar um pequeno número de casos? A decisão de analisar apenas um pequeno número de casos é fortemente influenciada pelos tipos de fenómenos políticos a analisar e a forma como estes são conceptualizados: revoluções, regimes políticos, consolidação democrática, entre outros. O método comparado é tributário em grande parte, do trabalho desenvolvido por John Stuart Mill (1843), através da obra *Sistema de Lógica Dedutiva*.

A demonstração na variação dos fatores explicativos (variáveis independentes) e a explicar (variáveis dependentes) é feita usando os métodos da semelhança e da diferença, na medida em que “os métodos mais simples e familiares de escolha das circunstâncias subjacentes à ocorrência de um fenómeno, aquelas com as quais o fenómeno está relacionado por uma lei invariável são dois: um consiste em comparar os diferentes casos em que o fenómeno ocorre, e o outro, comparar os casos em que o fenómeno não ocorre” (Mill, 1984: 196).

Foram vários os trabalhos científicos subsequentes ao trabalho apresentado por Mill que criaram uma base metodológica e uma estrutura de interpretação para este tipo de investigação, ainda que com linguagens distintas, como por exemplo Lijphart 1971, 1975, Przeworski e Tuene 1970, e Smelser 1973, 1976.

Uma das investigações mais referenciadas na aplicação do método comparado é-nos apresentada por Barrington Moore (1966) no *Social Origins of Dictatorship and Democracy*. O autor apresenta os processos de modernização política ocorridos no Reino Unido, França, Estados Unidos, China, Japão e Índia. Aponta as características históricas comuns aos casos apresentados e traça três caminhos para a ocorrência da modernização política. As conclusões deste trabalho sublinham o papel da

classe média enquanto força motriz da revolução, em rutura com a aristocracia rural. Dentro da diversidade histórica de cada caso, identifica determinados padrões constantes, que conduziram às transformações políticas na estrutura do Estado. Mas o que interessa para a nossa análise, neste caso, mais do que as conclusões é a forma como o autor compara as unidades de análise selecionadas.

Na esteira comparativa de Moore, Theda Skocpol no livro *States and Social Revolutions: A Comparative Analysis of France, Russia and China* (1979), apresenta como argumento as condições causais das Revoluções Sociais na França, Rússia e China, identificando duas: o colapso da estrutura política dos Estados e a mudança da estrutura social. Estas são as duas variáveis *suficientes* para que a revolução social aconteça.

Dietrich Reuchmeyer, Eveline Stephens e John Stephens (1992) também utilizaram o método comparado no seu livro, *Capitalist Development and Democracy*. Aí demonstram que o capitalismo é uma condição necessária mas não suficiente para a instauração de um regime democrático. Esta relação é contingente, e tal acontece na medida em que a Democracia tende a prevalecer nas sociedades mais desenvolvidas enquanto regime. A razão é que uma vez que a Democracia está presente, o retrocesso à ditadura não é previsível (Przeworski, 1991). Mais recentemente, e tendo em conta a *terceira vaga de democratizações* (Huntington, 1991) iniciou-se a produção de uma vasta literatura comparada, centrada na transição e consolidação democráticas, lançando os alicerces daquilo que viria a ser designado de *transitologia*. Uma das principais visões coincidente entre vários autores que abordaram esta problemática foi a preocupação da procura de construção de uma base teórica e metodológica para a compreensão das causas da mudança de regime, tendo em conta os contextos e os legados históricos nacionais e internacionais. Desde O'Donnell, Schmitter e Whitehead (1986) com o livro *Transitions from Authoritarian Rule*, Linz e Stepan (1996) com *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America and Post-Communist Europe* e Bratton e Van de Walle (1997) *Democratic Experiments in Africa*, que se estabeleceu o quadro analítico e metodológico baseado numa bateria de dados que abrangem um vasto número de países.

As conclusões de Bratton e Van de Walle (1997) indicam que os legados históricos e institucionais de África não são propícios à Democracia. Os autores referem que a existência de: 1) Um sistema partidário fraco; 2) Um campo político restrito (em que a agenda do governo e da oposição é muito semelhante); 3) Um fraco capitalismo; a ausência de 4) Uma classe trabalhadora; 5) Uma tradição de associativismo heterogénea e flexível; 6) Uma cultura política; combinados com 7) Uma sociedade civil menos articulada; 8) A predominância da violência política (presentes na maioria dos Estados africanos, com fraca capacidade de integração e acomodação dos diversos interesses e identidades nacionais); 9) O uso da violência, são condi-

ções apontadas como fatores condicionantes da democratização em África (Ake, 1991; Brumberg, 1991; Tvedten, 1993; Monga, 1997; Joseph, 1997; 1998; Fatton Jr., 1998; Gyimah-Boadi, 1998; Mengisteab e Daddieh, 1999; Mengisteab, 1999).

Em termos de estudos comparativos utilizando o *Comparative Qualitative Analysis* destaca-se *The Consolidation of Democracy – Comparing Europe and Latin America*, Carsten Schneider (2008). A obra debruça-se sobre os sucessos e fracassos da consolidação dos regimes democráticos que emergiram na Europa e na América Latina no final do século XX. O autor analisou 32 países e concluiu que um dos fatores impulsionadores da consolidação democrática é o ajuste entre o tipo institucional de Democracia e o contexto social em termos de dispersão do poder. Através da análise do QCA, apontou para o resultado de condições conjunturais e assimétricas enquanto causa para a consolidação democrática.

A investigação desenvolvida por Philip N. Howard (2010) em *The Digital Origin of Dictatorship and Democracy – Information Technology and Political Islam*, trata do papel das tecnologias de comunicação no processo de transição democrática nos países muçulmanos. A sua hipótese centra-se no potencial das tecnologias na melhoria das condições democráticas, no Azerbaijão, no Tadjiquistão, no Egito e na Tanzânia, incorporando ainda 74 países fortemente muçulmanos. O argumento de Howard vai no sentido de que nenhuma transição democrática ocorre devido à utilização das novas tecnologias, especialmente a internet, mas reitera que nos dias de hoje nenhuma transição democrática pode ocorrer sem o recurso a estas ferramentas. O autor sublinha que o grande fórum de discussão nos países muçulmanos é o espaço *on-line*, e tem sido a forma utilizada na organização de ativistas que se traduziram em transições democráticas bem-sucedidas.

James Mahoney (2010) apresenta uma nova teoria do desenvolvimento do colonialismo e do pós-colonialismo através de uma abordagem comparativa-histórica. Em *Colonialism and Post-colonialism Development – Spanish and America in Comparative Perspective*, centra a sua análise nos tipos de colonialismos existentes nas várias sociedades, e em que medida estes tipos de colonialismos determinam diferentes níveis de prosperidade económica e bem-estar. O autor sustenta que as diferenças na extensão do colonialismo são explicadas com base nas características institucionais da *nação colonizadora* e das *sociedades colonizadas*, tendo em conta os legados históricos.

A seleção dos casos que aqui apresentamos foi feita através da técnica *Most Similar, Different Outcome* (MSDO) nos casos do Senegal e do Kosovo. Tal ocorreu pelas suas características, ou mais concretamente, baseando-nos na seleção de variáveis explicativas encontrámos suficiente homogeneidade para que os pudessemos selecionar. Isto é, em termos da explicação que apresentamos o fator *Democracia recente* e *divisões étnicas latentes* (prévios conflitos étnicos) colocam os dois países par a par em termos comparativos. Adicionalmente decidimos integrar Cabo Verde, um

país onde as variáveis anteriores não se verificam (existe isso sim uma Democracia madura e ausência de divisões étnicas latentes e de prévios conflitos étnicos).

A sistematização de casos positivos e negativos contribui para o desenvolvimento de explicações mais completas, uma vez que amplia a variação entre os casos. O intuito desta introdução vai de encontro a uma necessidade metodológica cujo objetivo de identificação das condições causais para cada tipo de resultado surja como necessário. As variáveis dependentes serão analisadas através de categorias dicotômicas de presença (1) e ausência (0). No que concerne ao espaço temporal para o qual baseámos o nosso *diagnóstico* dependendo dos dados, recuámos o mais possível, uma vez que o seu propósito além de diagnóstico tem um cariz de caracterização para depois se avançar para a análise qualitativa.

O objetivo do *csQCA* situa-se num nível intermédio da investigação no sentido em que se adequa às abordagens qualitativas em termos de *case-oriented* e às abordagens quantitativas em termos de *variable-oriented* (Ragin: 1987; 12). Esta estratégia de investigação caracteriza-se pela sua capacidade de comparação sistematizada, pelo que “integra as melhores características da abordagem *case-oriented* e da *variable-oriented*” (Ragin, 1987: 84).

O artigo encontra-se dividido em três partes. A primeira é dedicada ao enquadramento e debate teórico no que diz respeito ao *Estado, Nação, Etnia e Conflito* bem como relativamente aos conceitos de Democracia, *Democratização* e a sua relação com a *Estabilidade Política*. De seguida, deter-nos-emos na caracterização e delimitação das nossas unidades de análise – Senegal, Kosovo e Cabo Verde – apresentando um diagnóstico de acordo com algumas variáveis de cariz institucional do *World Bank* (1996-2010). Procurámos também sustentar a nossa análise nos indicadores produzidos pela *Freedom House*, relativamente ao estado de Liberdade Global (*Civil Liberties e Political Rights*), já apresentados anteriormente. Complementamos a nossa investigação com os dados do *Conflict Barometer 2010*.¹⁵

Estado, Nação, Etnia e Conflito

O Estado enquanto instituição organizacional das sociedades humanas continua a ser central nos dias de hoje. Ainda que outras realidades tenham vindo a desenvolver-se nos últimos decénios, esta é uma realidade permanente em termos de importância. Decorrente do anterior pode-se dizer que é no território que o Estado se legitima e nele que, par a par com uma *população*, uma *governança* e

15 O *Barómetro dos Conflitos 2010* define uma escala que foi utilizada por nós na seleção dos casos apresentados. Assim e em termos de níveis de intensidade dos conflitos apresenta-se como: guerra – nível 5; crise severa – nível 4; crise – nível 3; conflito manifesto – nível 2; conflito latente – nível 1. Quer o Senegal quer o Kosovo apresentam o nível 3, ou seja países em crise.

um *poder político* ganha corpo. Sem estas três componentes não se completa a definição estatal e, exatamente por isso o território é tantas vezes razão de conflito. Utilizaremos novas roupagens que reforçam autonomias e disputas territoriais onde a Geopolítica e a tradição cultural local ganham uma nova força como fator diferenciador. Hoje mais do que nunca esclarecer conceptualmente esta realidade pode ser central para a compreensão de conflitos.

Esta conexão foi alvo de vários pensadores ao longo da História da Humanidade desde o estratega, ao historiador, ao militar, ao político, ao revolucionário ao académico, iniciando-se em Sun Tzu, passando por Estrabão, Ivã-o-Terrível, Montesquieu, Mao-Tse-Tung e Raymond Aron (Bessa, 1996: 234).

É com Marco Túlio Cícero, em Roma, que a ideia de *Povo* ganha voz. Sendo parte constituinte de um Estado é nele e para ele que se define a *República*, essa abstração onde o homem encontra organização de vivência (Maltez, 1996). Esta é a noção sobre um conjunto de indivíduos que vivem num mesmo país, sujeitos às mesmas leis. As divisões territoriais, por vezes, estão de acordo com a difusão populacional, geralmente a representação mental de povo está conforme uma certa significação que vai de encontro ao que se apelidou de etnicidade.

As variações sociais podem ser balizadas e apresentam diversas definições, daí que esta confusão entre *etnia* e *povo* possa frequentemente acontecer. Muitas vezes o conceito de nação vai completar a ideia de soberania acolhendo em si uma anterioridade, daí que “o conceito de povo vem completar também o de nação, nos termos de uma outra regressão lógica de contrafação. Cada etapa lógica retrospectiva serve para reforçar o poder da soberania mistificando a sua base, quer dizer, apoiando-se no carácter ‘natural’ do conceito. A identidade de nação e, mais ainda, a identidade do povo são, nesta perspectiva, apresentadas como relevando de uma necessidade natural e original” (Hardt e Negri, 2004: 121).

Muitos foram os teóricos que falaram da ideia de nação enquanto conceito, de entre eles destacamos Mancini, Michelet e Renan. Na ideia de nação distinguem-se fatores como a raça, a língua, a religião, as recordações comuns, o local onde as pessoas moram, mas acima de tudo, a consciência de pertença a um determinado grupo (Burdeau, 1970: 40 e seguintes). Timothy Baycroft afirma ser a emergência da realidade nação o facto que mais terá influenciado a Europa ao longo do século XIX. “É mesmo possível afirmar que a história da Europa entre 1789 e 1945 é sinónimo da história da evolução e do desenvolvimento das nações modernas” (Baycroft, 2000: 9).

Procedente da ideia de nação surge a ideia de *nacionalismo*. A sua relação, ou óbvia ou opaca, torna-se visível com o aparecimento de uma sequência de movimentos mais ou menos radicais que surgiram após estas teorizações (Reich, 1996). Tendo em conta o plano ideológico, podemos afirmar que o nacionalismo se encontra teoricamente enraizado, nas ideias de alguns autores como Maurice

Barres no século XIX. O autor afirma que é “na nação que o homem, ao nascer, encontra as suas primeiras bases; cresce apoiando-se nas realidades que ela lhe oferece, nos seus costumes, na sua história; encontra, ao aceitar estes dados, um ponto de apoio que lhe dá segurança e lhe fornece o sentimento de duração” (Prélot e Lescuyer, 2000: 180).

Que o Estado e a nação têm ligações umbilicais parece-nos, neste ponto, óbvio, que se confundem e se interpenetram também é de fácil conclusão, no entanto, existem diferenças entre si que permitem às duas realidades tocarem-se mas não se igualarem. Como se afirma, “há povos e nações repartidos por vários Estados (...) e há Estados que incluem vários povos e nações” (Maltez, 1991: 11).

Par a par com a ideia de nação surge-nos muitas vezes a de *etnia*. O termo atual deriva do grego *ethnikos*, o adjetivo de *ethnos* e refere-se a uma população ou a uma nação. Na sua forma contemporânea e étnica ainda mantém o sentido de que descreve um procedimento de grupo. Haverá um certo grau de coerência e solidariedade onde os intervenientes são pessoas que têm consciência de si como grupo, pelo menos de forma latente, possuem origens e interesses em comum. Por isso, um grupo étnico não é meramente um agregado de pessoas ou um setor da população, mas um conjunto unido de seres humanos com consciência própria de tal ou, com uma relação de proximidade devido à partilha de experiências. Essas experiências são normalmente, não sempre, de privação (Cashmore, 1996; Barata, 1991).

As características ráticas podem revestir-se, em certas circunstâncias, de importância acrescida e constituir um importante fator de diferenciação social e étnica. É o que se verifica, em casos em que no mesmo território, coexistem grupos étnicos diferentes. Na diversidade de situações concretas que podem surgir é possível individualizar alguns casos típicos (Barata, 1991: 222). Nesta situação o conceito de *etnia* assume um papel de diferenciação física e não apenas social, cultural, religiosa, política ou económica, apesar das diferentes ciências, sobretudo a Antropologia, fazerem uma clara distinção entre umas características e outras.

A nível da etnicidade podemos assinalar variáveis distintas e agregáveis considerando: a) o *conflito político*; b) a *psicologia étnica*; c) as *relações interétnicas*; d) as *diferenças estritamente culturais*; e) as *formas de estratificação social* ou f) as *mudanças adaptativas verificadas no contexto de um sistema político autónomo ou de um sistema político poliétnico* (Moreira, 1996: 9, 14, 48).

A diferença étnica tem sido foco de tensões no mundo e, não raras vezes, de conflitos. Karl Deutsch identifica variadas tipologias de conflitos que têm sido sublinhadas por outros autores ao longo do século XX. Assim, desde a discussão sobre as teorias da corrida armamentista de Richardson, às teorias da convergência e de mudanças do pensamento de Toynbee e de Theillard, passando ainda

pela política do *live and let live* de Acheson e de Kissinger (Deutsch, 1982: 158) diversas tem sido as teorizações sobre o tema.

As motivações dos conflitos também aqui devem estar elencadas, sendo que a esta ideia se anexa as modalidades dos mesmos. Jean-Baptiste Duroselle apresenta de entre as motivações dois tipos de conflitos: a) conflitos não territoriais e, b) conflitos territoriais. De entre estes, os que interessam para a nossa análise são os conflitos territoriais, sendo que, dentro dos mesmos, são os de motivação nacional (de entre os de motivação económica, ideológica e de poder, ainda que interligados) que nos interessa. Nos conflitos de motivação nacionais, que aqui aprofundamos através dos casos selecionados, variáveis como a língua, a raça a etnia, a vontade das populações e os *direitos históricos* são centrais (Duroselle, 1992: 216).

Devido às suas características o Estado continua a ser um elemento central e centralizador no conflito. Nesta senda, autores como Dahrendorf que falam de uma organização social onde as tarefas do todo e as suas funções, particularmente as estatais, implicam coerção (Dahrendorf, 1959). Também sociólogos como Georg Simel (1986) e Levis Coser (1982), analisaram os conflitos sociais. Para ambos, os “conflitos eram inevitáveis em qualquer tipo de sociedade e em vez de provocarem sistematicamente a mudança social, formaram mais um fenómeno de identidade e de integração social” (Ferreira *et al.*, 1995: 420).

A definição dos conflitos poderá ainda alicerçar-se nas suas características, como defende Gianfranco Pasquino, isto é, com base na sua a) *dimensão* (número de participantes quer absoluto, quer potencial), b) *intensidade* (a ser avaliada de acordo com o grau de envolvimento e disponibilidade dos participantes) e c) *objetivos*. A definição de um conflito com base nos objetivos será a que mais dificilmente poderá ser obtida. Para se entender os verdadeiros objetivos de um conflito há que proceder a um estudo profundo da sociedade onde os mesmos deflagraram, o que origina, não raras vezes, mais questões em detrimento de respostas conclusivas.

Os conflitos de cariz étnico podem ser vistos como conflitos entre duas ou mais comunidades étnicas. Podem dever-se a assuntos políticos, culturais, económicos ou territoriais. Ou seja, as especificidades de um conflito étnico baseiam-se nas partes discordantes, a sua singularidade de existência enquanto comunidades étnicas, definidas como um conjunto de pessoas que se identificam umas com as outras devido ao seu passado e aos seus antepassados em comum, à partilha de elementos culturais e memórias coletivas e à ligação afetiva a um determinado território (Halperin, 1998: 151-84).

Democracia, Democratização e Estabilidade Política

Explicar e compreender os fatores subjacentes ao processo de democratização, sejam eles internos ou externos, tem sido uma das tarefas levadas a cabo por vários académicos nas últimas décadas. Estes esforços intensificaram-se com a terceira vaga de democratizações (Huntington, 1991), em particular depois do desmantelamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o fim da Guerra Fria. A transição de um regime autoritário para um regime político democrático reflete que “a democratização é o resultado de uma combinação de causas e não de uma única causa” (Karl, 2006: 105). A Europa de Leste despoletou uma nova atenção ao impacto da dimensão internacional das mudanças operadas nos regimes políticos.

Os estudos de Samuel Huntington constituem um elemento-chave na compreensão da mudança e reconfiguração política do pós-Guerra Fria tendo continuado a alimentar o debate académico. A sua abordagem, no que concerne aos processos de democratização, recorre aos fluxos de transição democrática ocorridos nos vários países para explicar e compreender os processos de democratização. *The Third Wave* (1991) alude às *vagas de democratização* enquanto metáfora na apresentação dos contextos onde se verificaram o fim de um regime autoritário, e na instalação e na consolidação de um regime democrático. Desta forma, na segunda metade do século XX a emergência de uma série de vagas de democratização fez com que os estudos politológicos recentrassem a sua temática em aspetos relativos à Democracia, e/ou se preferirmos, à democratização. Como Gerry Stoker define, “foi com uma poderosa vaga de democratizações que o século vinte terminou, e como resultado de tal, hoje a maioria dos aspetos políticos do mundo ocorrem em Democracias de massa onde aos cidadãos foi dada voz ao nível dos processos e das instituições que determinam como é que o poder é exercido e como é que as decisões são tomadas” (Stoker, 2006: 19).

O conhecimento da natureza dos processos democráticos, é um processo gradual, contínuo, complexo e que tem evoluído a diferentes velocidades, correspondendo a diversos estádios de desenvolvimento, e com manifestações dissemelhantes nos vários níveis de governação (internacional, nacional, regional e local). Nos casos que aqui apresentamos – Kosovo, Senegal e Cabo Verde – a consolidação da Democracia têm seguido vários caminhos, na medida em que a consolidação democrática “é um processo lento e envolve profundos e variados efeitos, na medida em que implica uma completa institucionalização de um novo sistema, a adoção de regras e procedimentos e a disseminação dos valores democráticos” (Pridham, 2001: 1-3).

O ordenamento internacional constitui um fator importante no processo de transição e consolidação democrática. Constituem uma base de apoio importante,

ainda que não seja fácil identificar os aspetos específicos que determinam e influenciam o processo de democratização. É com o fim da Guerra Fria que a dimensão internacional ganha expressão, o que não acontecera com as primeiras teorias da transição, já que concentravam a sua análise nas dimensões internas da mudança de regime, fruto do argumento que vigorava de que as transições resultam de processos endógenos, e de que os fatores exógenos são secundários (O'Donnell, Schmitter e Whitehead: 1986).

Outro conceito nuclear na nossa análise é o conceito de Estabilidade Política. Na operacionalização deste conceito é crucial considerarmos a sua importância, ou por outra via: instabilidade política enquanto resultado da combinação das nossas variáveis a) *democracia recente* e b) *divisões étnicas latentes* (prévios conflitos étnicos). A perspetiva que consideramos é a de que a estabilidade é a ausência de violência, agregando a tal outra noção como seja a de estabilidade governamental, isto é, a duração dos governos (Dowding e Kimber, 1983: 230). A estabilidade política em termos conceptuais pode ser considerada como a regularidade do fluxo de trocas num dado sistema. Decorrente do anterior e no sentido de determinarmos a extensão da estabilidade dentro de uma organização, sistema ou regime político, devemos primeiramente identificar as regularidades e as irregularidades que ocorrem no fluxo de trocas. Enquanto fenómeno complexo que é, a realidade respeitante à estabilidade política é afetada por fatores distintos em graus diferenciados (Castles, 1974: 298).

O debate teórico em torno deste domínio direciona-se, essencialmente, para um dos sentidos. Por exemplo, Ake sustenta que a estrutura política da sociedade constitui uma rede política de expectativas que impõem constrangimentos aos atos políticos praticados pelos indivíduos. De acordo com o autor, a estabilidade política é condição, em conjunto com os limites impostos pela estrutura política, para que os indivíduos balizem os seus comportamentos. Decorrentes disto, quaisquer atos que se desviem desses limites constituem exemplos de instabilidade política (Ake, 1975: 273). Também outro autor solidifica estas características ao apresentar uma definição consentânea com a anterior. Sanders afirma que a estabilidade política se traduz na ausência de alterações (1981: 8). Por outras palavras podemos dizer que numa perspetiva dicotómica, a instabilidade é assumida como um desvio da normalidade democrática.

A abordagem a esta especificação pode ainda ser distinta, isto é, como Hurwitz (1973, 449-63) refere, há pelo menos cinco possíveis perspetivas de análise relativas à conceção de estabilidade política. São elas, a) estabilidade enquanto ausência de violência; b) estabilidade enquanto longevidade governativa; c) estabilidade enquanto ordem constitucional; d) estabilidade como ausência de transformações estruturais e, e) estabilidade enquanto atributo social multifacetado.

Os Casos

O Senegal

A República do Senegal situa-se na parte mais ocidental da costa africana, ocupando uma área de 196.192 km². A sua capital é Dakar e as suas fronteiras geográficas são com a Gâmbia, a Guiné, a Guiné-Bissau, o Mali e a Mauritânia, separando os senegaleses e a sua cultura, dos árabes a Norte, dos sudaneses e Este e de vários outros grupos étnicos a Sul.

A população do Senegal distribui-se por várias regiões: Wolof 43%, Fulani (Peulh) e Toucouleur 23%, Serer 15%, Diola e Mandingo 19%. Em termos religiosos a sociedade senegalesa é fortemente muçulmana, 94%, e apenas 5% cristã (CIA, 2011). O Senegal enquanto colónia francesa data de 1624. Entre 1758 e 1814 os ingleses ocuparam quase todas as feitorias francesas do Senegal, e os franceses só recuperaram o domínio do território no final do século XIX. Três grupos fundamentais participavam na vida política do país: os franceses, os crioulos e os africanos. Estes despoletaram e contribuíram para o nascimento da vida política moderna no Senegal (Cruz, 1995: 24-25).

Os africanos só por volta de 1870 ocuparam lugares de destaque na vida política senegalesa. Tal deveu-se, essencialmente, às imposições francesas. Os africanos desejavam manter os seus valores tradicionais e islâmicos, ainda que sujeitos à assimilação dentro das instituições políticas francesas. É aqui que se começa a sentir alguma agitação social fruto da expansão do islamismo (nas zonas rurais e urbanas), no crescimento do número de africanos instruídos e no afastamento dos chefes impostos pelos franceses.

“O desenvolvimento rural do Islão constitui uma ameaça real para o colonialismo francês: o caso dos Mouridas, tratava-se de um verdadeiro Estado dentro do Estado no interior do Protectorado. (...) O Islão rural contribuiu para acabar com a apatia engendrada pelas derrotas africanas ao longo da conquista (...). Depois da Segunda Guerra Mundial constatou-se que muitos marabus dominavam o novo eleitorado no meio rural e que os políticos deviam procurar o seu apoio. (...) Sabia-se que se um partido africano quisesse vencer a rena local, os marabus rurais estavam à altura de lhes fornecer um importante apoio financeiro e moral” (Johnson, 1991: 161-162).

Os conflitos surgiram no território senegalês até à morte de Diagne, o primeiro administrador da, na altura, colónia senegalesa do Estado francês. É nesta altura que se realizam os ataques feitos pela administração colonial e pelos comerciantes. Em 1959, o Senegal e o Sudão francês fundiram-se na Federação do Mali, que se tornou totalmente independente em 1960, como resultado do acordo assinado com

a França. Devido a dificuldades políticas internas, a Federação extingue-se rapidamente, ainda no mesmo ano, e inicia-se o processo de independência do Senegal (Cruz, 1995: 26-28).

Após a dissolução da Federação do Mali, Senghor é designado presidente e Mamadou Dia primeiro-ministro. Em 1962, a sua rivalidade política levou a uma tentativa de golpe pelo primeiro-ministro Dia (foi preso e encarcerado). Em 1963 o Senegal aprova a Constituição. Em 1980, o presidente Senghor decidiu retirar-se da política, entregando o poder, em 1981, a Abdou Diouf (Partido Socialista) (Cruz, 1995: 26-30).

Abdou Diouf foi presidente entre 1981 e 2000 (durante quatro mandatos). A sua obra política ficou marcada pela promoção da participação política, pela minimização da intervenção do Estado na economia, e pela ampliação dos compromissos diplomáticos do Senegal, particularmente com outras nações em desenvolvimento. Apesar das tensões de fronteira e de um movimento separatista violento na região sul do Casamansa, o Senegal inicia-se na senda do compromisso com a Democracia e com os Direitos Humanos (CIA, 2011).

Na eleição presidencial de 2000, Diouf foi derrotado por Abdoulaye Wade (Partido Democrático Senegalês). Este momento foi considerado como a segunda transição pacífica pelo poder no Senegal, verificando-se pela primeira vez a alternância política. Wade foi reeleito em 2007.

Em termos de sistema político o Senegal dispõe de um sistema presidencialista forte, onde o Presidente do Executivo é em simultâneo Chefe de Estado e Comandante das Forças Armadas. O poder legislativo organiza-se em duas Câmaras: a) a Assembleia Nacional composta por 150 eleitos e b) o Senado composto por 100 membros. O sistema partidário é polarizado, 73 partidos políticos estão registados, sendo que os mais importantes são: o Partido Democrático Senegalês (PDS) e o Partido Socialista (PS). O Senegal é um dos poucos Estados africanos que nunca experimentou um golpe de Estado, uma vez que a substituição do chefe de Estado, de Senghor por Diouf (1981) e de Diouf por Wade (2000) foi feita através de eleições democráticas (CIA, 2011).

O presidente é eleito por sufrágio universal para um mandato de cinco anos. Nos termos da Constituição de 2001, o Presidente está limitado a dois mandatos. Em aspetos de organização territorial, o Senegal está dividido em 14 regiões administrativas, liderado por um governador nomeado pelo Presidente e responsável perante este. Desde 1997 que o Senegal dispõe de uma *lei de descentralização* orgânica do território, partilhando as competências governativas a dois níveis de governação: o central e o regional.

Nesta ação governativa, logo após a eleição do Presidente Wade (2000) o Senegal tem avançado com uma agenda liberal desde as privatizações à abertura do mercado económico, ainda que, a um ritmo lento. O Senegal continua a desempenhar

um papel importante nos assuntos regionais e internacionais, incluindo o seu papel de mediador com a União Africana (U. S. Departamento de Estado, 2011).

A atividade económica senegalesa é vulnerável e com fracos recursos naturais devido à sua aridez. O Senegal depende fortemente da ajuda externa, em especial da Comunidade Financeira Africana, do Banco Africano de Desenvolvimento e do Fundo Monetário Internacional. Os principais países emissores de assistência financeira ao Senegal são a França, os Estados Unidos e a China. Os seus principais setores de atividade são a agricultura (77%), nomeadamente no cultivo do amendoim e o turismo, grande gerador de divisas estrangeiras que contribui com cerca de 6,8% do Produto Interno Bruto (PIB) anualmente.

As relações exteriores do Senegal, desde Senghor, foram trabalhadas no sentido de criar como mediador das relações internacionais, a França. O Senegal tem participado em várias missões de paz, como por exemplo no Darfur, no Sudão, no Ruanda, na Libéria, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), que de resto, foi membro do Conselho de Segurança da ONU em 1988-89 e fez parte da Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos em 1997 (CIA, 2011).

O Senegal, especialmente devido aos problemas verificados em Casamansa já iniciados em 1982, apresenta no *Conflict Barometer* uma intensidade de 3. O conflito apresenta-se como tal desde que o Movimento das Forças Democráticas de Casamansa (MFDC) e o governo do Senegal mantêm um conflito no que concerne ao controle na região. Em meados de dezembro de 2009 houve ataques à vila de Baraca Banao supostamente por forças do MFDC. Foram mortos um soldado e um civil. No início de janeiro de 2010 foi morto um antigo soldado do governo, supostamente por guerrilheiros do MFDC e sob a suspeita de o primeiro ser informador do governo. Já no final do mês, a 29 de janeiro, os guerrilheiros do MFDC forçaram cerca de 600 pessoas a deixarem as suas casas e atacaram pelo menos quatro vilas. Em fevereiro do mesmo ano, dois soldados foram mortos e outros dois foram feridos havendo suspeitas de que tal ocorreu por forças do MFDC. Outro soldado foi morto em março num ataque com um *rocket* a uma posição do exército perto da fronteira com o Gabão.

Mais tarde e ainda no mesmo mês de março, as forças do exército começaram uma ofensiva às bases de MFDC perto de Ziguinchor e capturaram dois comandantes da guerrilha. Foram ainda atacados dois esconderijos do movimento onde haveria artilharia pesada e um helicóptero. Os confrontos entre ambas as forças continuaram e em abril quatro soldados e dois civis foram mortos, assim como, onze soldados foram feridos. Também como resultado dos confrontos um grande número de civis foi deslocado.

Em 25 de março o líder dos rebeldes sediados no sul, César Badiate, pediu o cessar-fogo imediato e apelou ao início de negociações. Em abril o primeiro ministro senegalês Souleymane Nden'e Ndiaye demonstrou vontade de começarem as con-

versas de paz, todavia, um soldado morreria em julho perto de Ziguinchor e em outubro houve uma emboscada de guerrilheiros a um regimento militar, pelo que o processo de paz parece ter ficado parado (Barómetro dos Conflitos, 2010: 37).

O Kosovo

O Kosovo é uma região a sudeste da Sérvia. Esta zona gozou de autonomia até se autoproclamar independente da Federação da Jugoslávia e da Sérvia em 1991 (Bessa, 1996: 226) e depois da Sérvia em 2008. Com uma área aproximadamente de 10.887 Km², geograficamente o Kosovo caracteriza-se pelo seu caráter montanhoso. Esta zona é considerada uma das mais pobres regiões da Europa – as suas maiores cidades são Pristina (a capital), Prizren e Pec. A sua história é marcada por ruturas, variações nas trocas comerciais e muitas influências de cariz geopolítico a variados níveis.

Mais de 90% da população do Kosovo era, antes dos bombardeamentos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1999, de etnia albanesa. A maioria dos habitantes que não era de etnia albaneses eram sérvios ou montenegrinos. Esta repartição da população resulta essencialmente das migrações que se deram nesses territórios ao longo dos últimos séculos, propiciando uma fisionomia étnica, bem como uma composição social e fronteiriça em permanente mutação (Blanc, 1971: 33-52).

O território do Kosovo é o berço do Estado Medieval Sérvio. Esta região é considerada pelos sérvios como uma das duas terras antigas da sua nacionalidade (o Kosovo e a Metohija localizada mais a norte). A área é conhecida como local de rotas e de passagem e devido a tais características foi, desde sempre, ávida em conturbações de caráter histórico-conflitual. Na altura da formação do denominado Estado Medieval Sérvio o território foi povoado, quase na totalidade, por população cristã ortodoxa.

No século XIX existia entre quase todos os eslavos, incluindo os do norte (polacos e checos), um sentimento comum de quem é subjugado dentro de um Império. Todavia, na primeira metade do século XIX, somente o Montenegro e a Sérvia eram Estados realmente independentes. Por exemplo os sérvios com o levantamento de 1804 conseguem a recuperação de um Estado nacional, iniciando a construção de um sistema político com base nas regras da Democracia. Conquanto, entre os Povos Eslavos do Sul existiam, já nesta altura, marcantes diferenças políticas, sociais e culturais. Enquanto os sérvios eram maioritariamente camponeses, os croatas e os eslovenos, para além de camponeses, eram também comerciantes. Os povos eslavos dos Balcãs não terminam nesta altura a construção da sua própria nação. Com exceção da Eslovénia, todos os outros povos eslavos do sul tiveram o seu Estado nacional durante a Idade Média. Aliás, os Estados medievais dos eslavos

incluiram nos seus territórios vários povos ou tribos, nunca chegando a construir um Estado de uma só nação (Rados, 1999: 36).

O primeiro conflito armado da região entre sérvios e albaneses, do qual se apontam registros, remonta à insurreição sérvia contra o Império Otomano entre 1876 e 1877, quando os segundos combatiam ao lado dos turcos contra sérvios e montenegrinos. O conhecimento da História leva-nos a salientar que este ponto no mapa é atreito a acontecimentos marcantes para a Humanidade. Um dos mais relevantes dar-se-ia nos Balcãs no início do século XX, tendo marcado não só a História da região mas também a História mundial. Ainda se discute o que aconteceu em Sarajevo a 28 de junho de 1914 quando Francisco Fernando, herdeiro do trono Austro-Húngaro, visitava a cidade onde foi assassinado por Gavrilo Princip, um jovem nacionalista sérvio. Esta data coincidia com o dia do *Vidovdan*, marco para a consciência coletiva sérvia e lembrança da mítica batalha do Kosovo onde os sérvios perderam o seu Estado medieval. O clima de tensão entre o Reino da Sérvia e o Império Austro-Húngaro foi sempre uma constante ao longo de todo o século XIX, a visita do futuro Imperador a Sarajevo, naquela data, poderá ter constituído uma provocação. No seguimento dos acontecimentos, o Império Austro-Húngaro fez exigências que a Sérvia não acatou na totalidade, inicia-se assim uma guerra que se tornaria mundial. Finda a I Grande Guerra, em 1918 o Kosovo é incorporado no Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos. Mais tarde chamar-se-ia Jugoslávia a esse Reino.

Os albaneses seriam as principais vítimas neste período pós-guerra, retaliados entre 1918 e 1919, o governo de Belgrado expulsou-os, fechou as suas escolas, confiscou as suas terras, e tomou decisões danosas no seu sentido. Os albaneses do Kosovo resistiram à incorporação na Jugoslávia, mas em 1945, Josip Broz Tito termina com a resistência kosovar e segue o seu propósito. A partir daí o Kosovo é organizado como um súbdito administrativo da República Sérvia. Inicialmente será a partir de 1968 como uma região autónoma como uma província autónoma. Apesar da situação aparentemente resolvida, continuou a existir um movimento kosovar que defendia a independência e que secretamente foi atuando. As primeiras exigências nacionalistas albanesas só apareceriam a público em 1968, no decorrer da primavera dos nacionalismos comunistas. Estes protestos acabariam por influenciar a redação da *Constituição da Jugoslávia* de 1974, que viria a aumentar a autonomia do Kosovo. Perante o governo federal a província autónoma do Kosovo passa a ter a mesma posição que a República da Sérvia.

No Kosovo o movimento comunista foi muito reduzido, por um lado devido à hostilidade da religião muçulmana no que diz respeito à experiência soviética da Rússia de supressão da religião e, por outro lado, ao nacionalismo albanês que predominantemente estabeleceu relações com os movimentos fascistas.

A decisão sobre o Kosovo só foi tomada após a II Guerra Mundial, quando os

comunistas jugoslavos optaram por incluir o seu território na Jugoslávia, contra a vontade dos comunistas albaneses na Albânia. Em Bujane (Albânia), 1943, numa reunião de antifascistas comunistas albaneses do Kosovo foi decidido conquistar o direito à autodeterminação do povo albanês do Kosovo. Essa decisão não é atendida por Tito, provocando uma permanente tensão entre o governo da Federação e os comunistas de Tirana. É por isso que mais tarde Tito autorizaria os albaneses a terem uma província autónoma no território da Sérvia, tentando satisfazer sérvios e albaneses, já que o Kosovo era dotado de um estatuto de autonomia.

O Kosovo, enquanto parte integrante da Jugoslávia foi governado durante o período titista, como se de um Estado independente se tratasse. O líder albanês comunista, Enver Hodza, afirmou que não existia uma nação albanesa do Kosovo, mas sim uma única que vivia na Albânia, Kosovo, Montenegro, Macedónia e Grécia, falando uma única língua. Esta proclamação teve eco no Kosovo, desta forma, na capital Pristina seria iniciado e ministrado na Universidade o ensino da língua albanesa. O aumento da autonomia do Kosovo é oficializado com a nova Constituição da Jugoslávia comunista, que reforça a sua autonomia. A região fazia parte da República Sérvia mas, ao mesmo tempo, tinha a sua representação direta nos órgãos da federação (Bourdet, 1972: 47-8).

Depois da morte de Tito (1981) a até então aparente estabilidade deixaria de ser o mote. Principalmente na capital da província autónoma do Kosovo, Pristina, os protestos contra a dominação sérvia evidenciam-se e ganham força. As manifestações começaram com protestos estudantis, mas a discussão residia nas relações étnicas entre os sérvios e os albaneses que viviam naquela província. As exigências nacionalistas albanesas do Kosovo provocaram o nacionalismo sérvio e este provocou o nacionalismo croata. Os problemas na antiga Jugoslávia acentuaram-se e, apesar de tudo, aceleraram-se quando sobe à cena o líder sérvio Slobodan Milosevic. Milosevic irá utilizar a frustração sérvia para construir um sentimento antititista e nacionalista. Inicialmente toma o poder no Partido Comunista Sérvio, alargando-o ao Estado da Sérvia e consolidando-se através do problema das províncias do Kosovo e da Vojvodina, termina por tomar indiretamente o poder no Montenegro. O conflito na Jugoslávia foi consequência do processo de desintegração do Estado multinacional em nome do anticomunismo, da Democracia e da vontade popular de autodeterminação. A Jugoslávia multiétnica não existe, de facto, desde o aparecimento dos nacionalismos violentos (Bunce, 1999; Rados, 1999; Horowitz, 2003).

Em 28 de junho de 1989, dia mítico sérvio – *Vidovdam* –, numa grande festa no Kosovo, foram comemorados os 600 anos da Batalha do Kosovo. Falando nessa manifestação, Milosevic afirma que tudo estaria preparado para dominar a Jugoslávia, ameaçando os seus adversários com armas se necessário. A oposição política ao líder sérvio não lhe possibilitaria este domínio. Em 1989 Slobodan Milosevic

declara o Kosovo como solo sagrado da Sérvia. Na região autónoma do Kosovo existiam à data quase dois milhões de pessoas de etnia albanesa, compreendendo 93% da população num iminente e grave perigo. Em 1989, as autoridades sérvias dissolveram o Parlamento legítimo do Kosovo, um ato sem precedentes na História recente da Europa. Sob pressão sérvia, as autoridades jugoslavas impuseram uma ocupação militar e um sistema de *apartheid* caracterizado pela expropriação de propriedades albanesas, expulsões forçadas, fogos, prisões e assassinatos políticos. As autoridades sérvias também encorajaram a violência (incluindo assassinatos e violações) de cidadãos albaneses pelas forças irregulares sérvias presentes no Kosovo. A Sérvia iniciou uma intenção de limpeza étnica dos albaneses no Kosovo. Uma pequena minoria de croatas do Kosovo também sofreu idêntica repressão (Mestrovic, 1996; Hartmann, 1999; Stevanovic, 2000).

A 2 de junho de 1990 o Parlamento da província autónoma do Kosovo vota e proclama a República do Kosovo. Imediatamente a Sérvia tenta a dissolução da Assembleia de Pristina, a polícia sérvia ocupa os pontos centrais da capital como a rádio e a televisão. A situação torna-se mais explosiva que antes, mas os nacionalistas albaneses optam por uma resistência não-violenta, sob a égide de um novo líder – Ibrahim Rugova (Nation, 2003).

A prossecução da independência continua e a 22 de setembro de 1991, o Parlamento dos albaneses no Kosovo vota nova declaração de proclamação da independência da República do Kosovo. Iniciar-se-ia um novo governo liderado por Bujar Bukoshi. Em 1992 são realizadas clandestinamente as primeiras eleições multipartidárias, e a Liga Democrática do Kosovo (LDK) liderada por Rugova, ganha com cerca de 90% dos votos. Ibrahim seria eleito presidente com 95% dos votos. A partir deste momento (maio de 1992) surgiram dois sistemas políticos paralelos no Kosovo: um, do poder de Belgrado, que instalou o Governo regional liderado pelos sérvios, e outro, desenvolvido na clandestinidade pelo Governo e pelo presidente da autoproclamada República do Kosovo. Tudo isto havendo uma forte presença de forças policiais sérvias na província (Rados, 1996).

A 31 de março de 1998 o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) condena a excessiva força policial por parte dos sérvios em relação aos albaneses (Cohen, 2001; Joksimovich, 2001; Fromkin, 2002; Moncada, 2002). Apesar das tentativas de negociação através de meios diplomáticos, tal não foi conseguido, a tensão amplificou-se. “O pretexto para desencadear a guerra foi facilmente encontrado – em 15 de janeiro de 1999 foram descobertos 45 mortos albaneses na localidade de Racak. No dia seguinte a matança foi atribuída aos sérvios (não se chegou a provar terem sido de autoria sérvia estas mortes)” (Rados, 1996: 268). Os bombardeamentos de 1999 encontraram mote nos dois massacres que terão ocorrido em território kosovar, o primeiro em Orahovac, em 1998, e o segundo em Racak, no ano seguinte. No que diz respeito ao massacre de Orahovac não se

sabe ao certo se terá existido, tendo havido boatos da sua ocorrência. Até hoje não foram encontrados factos ou evidências suficientemente fortes para a sua comprovação. O massacre seguinte, Racak, acabou por ser o imperativo da ingerência na região, ensejo esse gerador de grande controvérsia em termos internacionais. Em Racak, também aqui poucos foram os efetivos sinais de certeza de massacre. Os cadáveres mostrados nos meios de comunicação social tinham sinais de transporte de um outro local. Os indícios apontavam num sentido contrário ao do massacre. De acordo com algumas fontes a propaganda (OTAN) terá tido êxito através da divulgação de Racak e de Orahovac enquanto massacres, desta maneira, o motivo para o imperativo da ingerência humanitária ganha consistência (Rados, 1996). No calor dos bombardeamentos quase todo o Ocidente apoiou a ação da OTAN. No entanto, com o passar do tempo e com uma perceção mais profunda dos factos algumas dúvidas surgiram. Chegaram as incertezas, os órgãos de comunicação social podem ter noticiado apenas algumas vertentes da problemática, vertentes essas cuidadosamente selecionadas. A colaboração do Exército de Libertação do Kosovo (ELK) com a OTAN manifesta-se cada vez mais real, pois o que *ab initio* pareceu ser uma ligação de ocasião, pode não ter sido uma coincidência e o papel da propaganda e dos meios de comunicação social não são isentos nas notícias que deram ou que não deram acerca do assunto.

De acordo com o *Conflict Barometer 2010*, o Kosovo, ainda na altura fazendo referência à sua ligação à sérvia, encontrava-se com uma intensidade de 3. O início do conflito surge como iniciado em 1989 (apesar de ser anterior) e a indicação é a de que a razão se prende em relação à secessão entre o governo da Sérvia e um governo independente kosovar, como já foi por nós referido.

O conflito de secessão entre o governo kosovar foi apoiado por uma maioria albanesa no Kosovo e pelo governo central da Sérvia em representação da minoria sérvia. A representação da União Europeia *Rule of Law Mission* (EULEX) pareceu não colher a aprovação de ambas as partes já que a Sérvia apenas aceitava a UNMIK como parceiro legítimo no que concernia a negociação entre ambos. Após o primeiro aniversário da declaração de independência do Kosovo não ocorreram grandes incidentes violentos, apenas sucedendo problemas dessa natureza em Kosovska Mitrovica (a cidade dividida entre as duas etnias – albaneses e sérvios). Contudo, os protestos ocorrem de parte a parte e não raramente ocorrem eventos violentos de parte a parte. Ainda assim, em junho de 2010 os representantes da OTAN decidiram reduzir as suas forças no terreno de 14.000 para 10.000 militares devido a uma melhoria na segurança da região. A 29 de junho do mesmo ano o Kosovo tornou-se membro do Banco Mundial e o Tribunal Internacional de Justiça declarou através dos Estados que aí estão representados 21 declarações a favor da independência do território e 13 contra (Barómetro dos Conflitos, 2010: 19).

Cabo Verde

O Arquipélago de Cabo Verde localiza-se no Oceano Atlântico, a 640 km do Senegal, ocupando uma área de 4.033 km². É composto por dez ilhas e cinco ilhéus. As principais ilhas são Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boavista. A capital de Cabo Verde é a Cidade da Praia.

As primeiras ilhas de Cabo Verde terão sido descobertas em maio de 1460, pelo português Diogo Gomes e pelo genovês António de Nola, ao serviço do Rei de Portugal. A colonização do arquipélago inicia-se por volta de 1462 por portugueses, a maioria dos quais provenientes do Algarve, a que se seguiram alguns catalães, genoveses, castelhanos (1580 aquando do domínio de Castela), judeus (devido às perseguições religiosas na Europa) e degredados portugueses. Durante o século XVI Cabo Verde foi o território escolhido enquanto entreposto do comércio de escravos utilizados na exploração mineira e na agricultura, garantindo a receita à Coroa. Em 1876 com a abolição do comércio de escravos, Cabo Verde reinventa-se e aposta na sua posição geográfica – rotas Portugal, Brasil e África Continental – para o abastecimento de embarcações (no porto de Mindelo), tornando-se um porto comercial no meio do Atlântico (CGD, 2007).

Desde o século XV Cabo Verde foi colónia portuguesa até à sua independência em 1975. No período do Estado Novo em Portugal (1933-1974), Cabo Verde assume a designação de província ultramarina. Durante o regime ditatorial de Salazar, Cabo Verde (Tarfal) é o depósito dos opositores do regime. Durante este período, nomeadamente a partir de 1956, alguns movimentos independentistas vão ganhando forma e organização, tal exigirá uma demanda na melhoria das condições económicas, políticas e sociais à metrópole portuguesa.

Amílcar Cabral liderava juntamente com um grupo de cabo-verdianos e de guineenses o movimento – Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC) – e rapidamente estabelece negociações com o Terreiro do Paço (Portugal) com vista à independência. Entretanto alguns desentendimentos com a fação da Guiné-Bissau põem termo a esta aliança, ficando apenas PAICV (1974).

Em 5 de julho de 1975 é proclamada a independência de Cabo Verde. Ainda assim só em 1991 é inaugurada a transição democrática com as primeiras eleições multipartidárias, com a entrada do MPD (Movimento para a Democracia), liderado por Carlos Veiga, que assumiu oposição ao regime de partido único do PAICV. Este movimento era constituído por estudantes, por quadros superiores envolvidos na administração do Estado, e que contribuíram para o processo de transição democrática (Évora, 2004: 93). A República de Cabo Verde aprova a sua primeira Constituição em 1980 e é revista logo após as primeiras eleições democráticas em 1992. Seguiram-se mais quatro emendas constitucionais, em 1995, 1999, 2009 e 2010 respetivamente. O sistema de governo adotado na *Constituição* de 1992 foi a configuração de um sistema semi-

presidencialista, à semelhança do caso português, que de resto foi o texto inspirador. São órgãos de soberania o Presidente da República, a Assembleia Nacional e o Governo. Estes órgãos têm competências e atribuições análogas aos órgãos de soberania portugueses. Os principais partidos políticos são o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), o Movimento para a Democracia (MPD), o Partido da Convergência Democrática (PCD), o Partido Trabalho e Solidariedade (PTS) e a União Democrática (UD) (AfricanElections).

De referir que no quadro dos países africanos, Cabo Verde distingue-se pela sua estabilidade institucional e política.

Em termos económicos, Cabo-Verde aposta essencialmente no turismo e na agricultura e pescas (9% do PIB). Ainda assim é um país fortemente dependente das remessas dos expatriados cabo-verdianos (20% do PIB) e dos investimentos estrangeiros para a sua modernização. Os seus principais mercados de exportação são a Espanha (62%), Portugal (34%), França (3%) e os Estados Unidos da América (1%) (CIA, 2011). Em 2010, o Fundo Monetário Internacional concedeu um *Policy Support Instrument*, com o objetivo de ajudar o país na consolidação macroeconómica e a manter a disciplina fiscal de forma a permitir um crescimento sustentado. Cabo Verde mantém uma estratégia sustentada no que respeita à política externa, procurando relações de cooperação com outros Estados, nomeadamente Angola, Brasil, China, França, Portugal, Senegal, Espanha e Estados Unidos da América (U.S. Departamento de Estado, 2011).

A Análise *Crisp-Set* (csQCA)

No sentido de estabelecermos a relação entre regularidades entre as nossas variáveis independentes e a dependente - *Democracia Recente* e *Divisões Étnicas Latentes* (prévios conflitos étnicos) e *Estabilidade Política* – procederemos à apresentação da nossa análise através do *crisp-set* (QCA).

O *Crisp-Set Qualitative Comparative Analysis*¹⁶ (csQCA) fornece um conjunto de ferramentas para analisar as condições explicativas através da identificação das se-

16 As operações csQCA iniciam-se com uma síntese dos dados (em termos brutos) numa tabela de verdade (*truth table*). A tabela de verdade é uma matriz de dados, tabela de configurações que combina diferentes fatores que determinam a ocorrência do resultado de interesse. Não obstante, previamente é necessário que o investigador tenha um conhecimento substantivo dos casos, que a seleção dos casos tenha sido feita de forma rigorosa, e que as variáveis (condições) escolhidas tenham ancoragem teórica. Um conjunto (*crisp*) é traduzido de forma dicotómica, isto é, entre 0 e 1, em que 0 corresponde à ausência e 1 à presença de uma determinada condição para a ocorrência do fenómeno. Para a realização destas tarefas é necessário o *software* informático *fsQCA 2.0*, disponível em <http://www.u.arizona.edu/~cragin/fsQCA/software.shtml>. Sucessivas versões têm sido desenvolvidas e melhoradas por Charles Ragin, Kriss Drass e Sean Davey da Universidade do Arizona, no Estados Unidos da América.

melhanças e diferenças entre várias configurações de condições dentro dos casos selecionados.

O *csQCA* tem sido aplicado em diversas áreas como a Sociologia, a Ciência Política, a Gestão das Organizações de entre outras. O seu pressuposto básico consiste na identificação dos fatores que determinam um resultado, isto é, qual a combinação de fatores/características que possibilitam ou proporcionam a ocorrência de um determinado fenómeno.

Os resultados de uma análise utilizando a técnica *csQCA* traduzem as possibilidades causais explicativas de um determinado fenómeno (*instabilidade política* no caso da nossa investigação), e requer um permanente diálogo entre a teoria e a evidência (Ragin e Rihoux, 2004).

Conforme o anterior apresentamos a tabela de verdade que nos mostra sucintamente o tipo de análise que realizámos.

Tabela 1 – Tabela de Verdade: Cabo Verde, Kosovo e Senegal
(tabela de configurações)

Países	Condições		Resultado (<i>Outcome</i>) Instabilidade Política (Y)
	Conflitos/Divisões Étnicas (X_1)	Democracia Recente (X_2)	
Cabo Verde	0	0	0
Kosovo	1	1	1
Senegal	1	1	1

Fonte: Elaboração própria

Esta matriz comparativa, a versão mais elementar do *QCA*, os chamados conjuntos *crisp* (*csQCA*) todas as variáveis são dicotómicas. O comportamento das variáveis (condições) dentro de cada caso é expresso em termos de presença (1) e ausência (0). A partir da tabela de verdade apresentada, são apontados um conjunto de configurações de causalidade, e os mais consistentes são aqueles que explicam o resultado.

Uma possível vantagem desta abordagem é que pode revelar as diferentes configurações que podem levar a um determinado resultado. Ainda assim, esta técnica pode identificar padrões complexos de causalidade e aparentemente contraditórios (Rihoux, 2003).

O Senegal e o Kosovo apresentam-se como países onde a Instabilidade é essencialmente fruto de uma *Democracia Recente* e de *Divisões Étnicas Latentes*. Cabo Verde é o único caso dos três onde tal não ocorre e por tal foi esta a nossa escolha como contraponto. É o único que tem *Estabilidade Política*, isto é, de acordo com a configuração causal, é o único em que o fenómeno ocorre por oposição à *Instabilidade Política* que aqui queremos explicar.

Voltando à equação, $X_1 + X_2 \rightarrow Y$, podemos concluir que para o Kosovo e o Senegal a combinação entre estas duas condições é suficiente para que se verifique Instabilidade Política. Em relação a Cabo Verde, aquilo que podemos ler é que a combinação da ausência de *Divisões Étnicas* ($\sim X_1$) e a ausência de uma *Democracia Recente* ($\sim X_2$), traduz-se a existência de Estabilidade Política. Cabo Verde iniciou-se no processo democrático em 1975, após a independência, e neste momento é uma Democracia consolidada (madura). Podemos dizer, em termos gerais, e de acordo com o nosso argumento teórico que é necessária a ausência de Divisões Étnicas e a existência de uma Democracia “madura” para que estejamos em presença de Estabilidade Política. Este é o padrão identificado para gerar o resultado – a Estabilidade Política.

Ou por outras palavras, o facto de existir uma Democracia Recente, conjugado com uma Divisão Étnica Latente são elementos propiciadores de Instabilidade Política. Isto é, a Estabilidade Política só se dá, de acordo com a nossa análise caso não haja esta combinação de fatores. Assim podemos afirmar que na presença dos mesmos, o *outcome* será no sentido da Instabilidade Política.

Observações Finais

O Senegal mantém um conflito étnico dentro das suas fronteiras, tal encontra nas demandas dos guerrilheiros de Casamansa a sua principal epígrafe. A integração do Kosovo no território da Sérvia, mesmo depois da declaração de independência, continua a ser pretensão de Belgrado. No interior do território kosovar as diferenças étnicas são por si só propiciadoras de instabilidade e violência.

Se recuperarmos as conclusões que em 1997 Bratton e Van de Walle avançaram para o continente africano, facilmente indicamos alguns aspetos nos dois países em causa. Desta forma, os legados históricos e institucionais em África são muitas das vezes antagónicos com a prossecução de valores e efetivações democráticos. O sistema partidário fraco são característicos quer no Senegal (conforme se tem visto pela ação de força do governo ao evitar que o principal partido na oposição vá a eleições, as mesmas têm sido recorrentemente adiadas) e no Kosovo (ainda em reestruturação). Relativamente ao campo político restrito temos ainda poucos dados a avançar. A estrutura capitalista feita à medida de um capitalismo moderno assente em meios de produção de cariz tecnológico também é muito fraca. Decorrente do anterior, também a consciência da existência de uma classe trabalhadora como a entendemos nos nossos dias, organizada em sindicatos, é fraca ou inexistente, não havendo uma tradição de associativismo. Igualmente, os condicionalismos dos dois países não permitem que a noção de cultura política aplicada à realidade exista, assim como, há uma ausência de uma sociedade civil articulada. Devido às dificuldades de integração dos diversos grupos étnicos presente na maioria dos

Estados africanos, continua-se a propiciar violência e instabilidade política. Finalmente, esta violência continua a ser utilizada pelo poder coercitivo do Estado com o fim de levar a uma democratização, muitas vezes à escolha dos governantes.

Resta-nos ainda reafirmar parecer-nos que a existência de uma *Democracia Recente* e de uma *Divisão Étnica Latente*, quer no Senegal quer no Kosovo, concorrem com veemência para que exista uma *Instabilidade Política* (proveniente também da violência dentro do Estado).

No futuro e para próximas pesquisas pretendemos continuar a aprofundar estas relações, incorporando outras variáveis no sentido de percebermos se a relação causal entre as duas primeiras variáveis é tão forte como até agora os nossos testes indicam.

Referências

- Ake, Claude (1975). "A Definition of Political Stability" (research note). *Comparative Politics* vol. 7, n.º 2, pp. 271-283.
- Caixa Geral de Depósitos/SGE Mediateca (2007). *Cabo Verde – Dez Ilhas, um País, Cinco Continentes*. Lisboa: CGD.
- Castels, Francis G. (1974). "Political Stability and the Dominant Image of Society". *Political Studies*, n.º 22, pp. 289-298.
- Cruz, Arlete Pereira da (1995). *O Multipartidarismo em África – o Exemplo Senegalês*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.
- Dahrendorf, Ralf (1959). *Class and Class Conflict in Industrial Society*. Stanford: Stanford University Press, pp. 241-248.
- Dowding G. e Kimber J. (1983). "The Meaning and Use of Political Stability". *European Journal of Political Research*, vol. 11, pp. 229-243.
- Évora, Roselma (2004). *Cabo Verde: A Abertura Política e a Transição para a Democracia*. Praia: Spleen Edições.
- Fearon, D. James e Laitin, David D. (2002). "Ethnicity, Insurgency, and Civil War". *American Political Science Review*, vol. 27 (August).
- Ferreira, J. C. et al. (1995). *Sociologia*. Lisboa: MacGraw Hill.
- Huntington, Samuel P. (1991). "Democracy's Third Wave". *Journal of Democracy*, Vol. 2, spring, pp. 12-34.
- Kaufmann, Daniel, Aart Kraay and Massimo Mastruzzi (2010). *Governance Matters IV: Governance Indicators for 1996–2008*, Washington: Banco Mundial (*World Bank Series – Aggregate Governance 1996-2010*; www.govindicators.org/www.govindicators.org, acedido em 5 de setembro de 2011).

- Lijphart, Arend (1971). "Comparative Politics and the Comparative Method". *The American Political Science Review*, 65 (3), pp. 682-693.
- Moreira, Carlos Diogo (1996). *Identidade e Diferença: Os Desafios do Pluralismo Cultural*. Lisboa: ISCSP.
- O'Donnell, G., Schmitter, P. e Whithead L. (1986). *Transitions from Authoritarian Rule: Prospect for Democracy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- O'Donnell, Guillermo, Jorge Vargas Cullell, e Osvaldo M. Iazzetta (eds.) (2004). *The Quality of Democracy: Theory and Applications*. Notre Dame: Notre Dame University Press.
- Pridham, Geoffrey e Agh, Attila (2001). *Prospects for Democracy Consolidation in East-Central Europe*. Manchester: Manchester University Press.
- Ragin, Charles (1987). *The Comparative Method: Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press.
- Ragin, Charles C. (2006). *User's Guide to Fuzzy-Set/Qualitative Comparative Analysis 2.0*. Tucson, Arizona: Department of Sociology, University of Arizona.
- Ragin, Charles C., Kriss A. Drass e Sean Davey (2006). *Fuzzy-Set/Qualitative Comparative Analysis 2.0*. Tucson, Arizona: Department of Sociology, University of Arizona.
- Ragin, Charles e David Zaret (1983). "Theory and Method in Comparative Research: Two Strategies". *Social Forces*, Vol. 61 (3), pp. 731-754.
- Rihoux, Benoît e Ragin, Charles (2009). *Configurational Comparative Methods: Qualitative Comparative Analyses (QCA) and Related Techniques*, Applied social research methods series, 51. London: Sage Publications.
- Rueschemeyer, Dietrich, Evelyne Huber Stephens, e John D. Stephens (1992). *Capitalist Development and Democracy*. Chicago: University of Chicago Press.
- Sandres, David (1981). *Patterns of Political Stability*. New York: St. Martin's Press.
- Shmitter, P. e Karl, Terry (1991). "What Democracy is... and is not". *Journal of Democracy*, 2 (3), pp. 75-88.
- Stoker, Gerry (2006). *Why Politics Matter – Making Democracy Work*. Palgrave Macmillan.

Websites:

- African Elections Data Base* (<http://africanelections.tripod.com/>, acessido a 1 de setembro de 2011).
- CIA World Fact Book* (<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>, acessido a 10 de setembro de 2011).
- Freedom House (<http://www.freedomhouse.org>, acessido a 1 de setembro de 2011).
- U. S. Department of State (<http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/2862.htm>, acessido a 10 de setembro de 2011).